3277 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

OS CATECISMOS CATÓLICOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX
Mauro Sérgio Ferreira da Cruz - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

OS CATECISMOS CATÓLICOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Professor Mestre Mauro Sérgio F. da Cruz

RESUMO

O presente artigo se propõe, a partir de uma perspectiva histórica, analisar os catecismos católicos e suas relações com a educação brasileira, sobretudo, na primeira metade do século XX. O estudo configura-se como pesquisa documental e, por isso, a escolha das fontes priorizou os manuais catecismos católicos que circularam no país na primeira metade do século XX, com o intuito de analisar como os saberes presentes nesses impressos foram sendo incorporados ao Ensino Religioso através das orientações direcionadas para o ensino da doutrina cristã e do seu processo de didatização no interior das escolas brasileiras. O artigo tem como referencial teórico as pesquisas desenvolvidas por Azzi (1977 e 1978), Cury (1988), Matos (2002), Mesquida (2009), Miceli (2009|), Nascimento (2006 e 2013), Orlando (2008, 2013 e 2014), Passos (1998) e Tambara (2005).

Palavras-chave: Catecismos Católicos. Ensino Religioso e Identidade Epistemológica.

OS CATECISMOS CATÓLICOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Professor Mestre Mauro Sérgio Ferreira da Cruz [1]

1. Introdução

Não se pode negar a relevância que os antigos manuais de catecismos tiveram na História da Educação no Brasil. Na verdade, utilizados como material curricular para a difusão da doutrina e da cultura católica, esses impressos são fontes singulares e privilegiadas que têm muito a dizer à História da Educação, pois transmitem como destaca Nascimento (2013, p. 88), "mais do que verdades religiosas, práticas educativas que moldaram o comportamento de grupos sociais num dado contexto".

De origem grega, *κατηχισμ?ς (= Katechismós)*, a palavra catecismo, posteriormente, adaptada ao latim *Catechismus*, significa "ensinar a palavra", "fazer espalhar a novidade", "instruir a viva voz".

Os antigos manuais de catecismos se configuraram em uma "técnica mnemônica" organizada, em formato de perguntas-respostas, visando "transmitir a mensagem e ensinar pelo diálogo os valores e as normas da Igreja. A doutrina deveria ser aprendida em pormenores, com vistas a contribuir para a formação de um conjunto de valores e *habitus* próprios de um cristão" (ORLANDO, 2013, p. 162).

Segundo Nascimento (2006, p. 2), "esta técnica se proliferou a partir dos conflitos entre católicos e protestantes a partir da Reforma Religiosa no século XVI". Existia a intenção, sobretudo das lideranças religiosas, que determinadas verdades doutrinais fossem mais facilmente assimiladas pelas pessoas.

Para tanto, utilizavam como método a técnica da memorização por meio de perguntas e respostas, visando, conforme esclarece Nascimento (2013, p. 90), "ensinar a doutrina, as regras e as normas das igrejas católicas e protestantes, inculcando hábitos, valores religiosos e morais, modelando comportamentos".

Após Reforma, os manuais de catecismos se multiplicaram e eventualmente eram diversificados para proporcionar uma melhor memorização para os leitores leigos, sendo considerados, muitas vezes, "a Bíblia do homem comum" (NASCIMENTO, 2006, p. 02).

Esta técnica mostrou-se relevante e eficaz até o século XVIII, a partir de então, com a difusão das ideias iluministas e com o desenvolvimento das ciências e, consequentemente, com a valorização da instrução e do racionalismo, tão característicos na modernidade, foi preciso adaptar os textos dos catecismos utilizando, como descreve Orlando,

> [...] outros aparatos metodológicos e apresentando-se em forma narrativa ou explicativa, e, os questionários que, inicialmente, eram compostos de perguntas fechadas, passaram a fazer uso de perguntas abertas e exercícios investigativos, que estimulassem o trabalho, conforme os cânones da Pedagogia Moderna. Todavia, o formato perguntas-respostas resistiu e permaneceu como texto-padrão até o início do século XX, onde sofreu mudanças derivadas do movimento de renovação catequética que se instaurou no cenário internacional (ORLANDO, 2008, p. 7).

Diante desta uma nova realidade, aos poucos a importância da escolarização assume um lugar de destaque nos discursos e nas ações da Igreja Católica. A partir de então, os catecismos começaram a ser elaborados, pensados e produzidos como recursos didáticos e pedagógicos para as escolas, prática que se prolongou por todo o século XIX até meados do século XX.

Desta maneira, a presença da Igreja Católica por meio do ensino religioso ou da catequese escolar passou a ocupar cada vez mais os espaços escolares e os textos de catecismos que, agora adaptados a este novo ambiente, tornaram-se, também, ferramentas didáticas e pedagógicas imprescindíveis para a prática de primeiras leituras dos alunos, bem como para divulgação da doutrina e da moral cristã.

2. Os Impressos Católicos na Educação Brasileira

No Brasil, os manuais de catecismos, assim como o Ensino Religioso, ocuparam, desde a origem do seu processo de escolarização, um lugar de destaque para subsidiar a evangelização, a catequese e a cristianização dos índios e negros aos valores e conceitos da civilização europeia.

De acordo com Orlando (2013), em 1549, quando desembarcaram no Brasil, os padres Jesuítas, responsáveis pela evangelização e instrução dos gentios, "viram no ensino do catecismo, a estratégia ideal que serviria como mecanismo de controle dos impulsos desenfreados que se encontravam e

se misturavam entre os povos aqui existentes" (p. 167).

Por isso, coube a esses religiosos a tarefa de elaborar e publicar o primeiro catecismo em tupi-guarani. Conforme descreve Azzi (1977):

> A primeira edição é de 1618, mas o seu primitivo núcleo começou a ser redigido por volta de 1552, isto é, nos primeiros anos da catequese jesuíta no Brasil, tendo colaborado na sua composição Pero Correia, Leonardo do Vale e José de Anchieta [...]. O livro de cerca de 40 páginas, redigido quase em tupi, foi reputado por Southwell como o que há de mais perfeito em matéria de catecismo, tendo recebido os mais altos encômios da parte de Vieira. Abarca todos os aspectos da doutrina, da moral, da liturgia, e hagiografia católicas, podendo ser considerado uma pequena enciclopédia em tupi (p. 495).

Durante este primeiro período, o ensino religioso se caracterizou não apenas por divulgar apenas as verdades da fé, mas também "os modos de conduta socialmente aceitáveis, como os padrões de moralidade, numa rede de interdependência na qual não era possível dissociar o que era religioso do que era padrão de comportamentos social" (ORLANDO, 2013, 168).

Na segunda metade do século XVIII, com o início da era pombalina em Portugal (1750-1777), a estrutura da cristandade presente na colônia entra em crise. De acordo com Azzi (1977),

> [...] a partir de então a colônia começa a receber a infiltração de ideais que colocam em cheque o bloco monolítico da fé católica implantada no Brasil. Esse período de crise tem como marco inicial a expulsão dos Jesuítas em 1759, e seu prolongamento se faz sentir fortemente ainda durante o primeiro reinado e a época regencial. É somente a partir de 1840, com o início do segundo reinado, que se implanta efetivamente a reforma católica. Três correntes de ideias abalaram a estrutura da Cristandade colonial: o enciclopedismo francês, o liberalismo e o galicanismo-jansenista (AZZI, 1977, p. 497).

Com a expulsão dos Padres Jesuítas, promovida pelo Marquês de Pombal, a Igreja vai encontrar inúmeras dificuldades que provocaram graves prejuízos à sua ação evangelizadora, catequética e educacional. Após 200 anos de poder inquestionável dentro da colônia portuguesa, a Igreja, sob a égide da administração pombalina, começou a perder espaço.

Apesar disso, os manuais de catecismos continuaram presentes no cotidiano escolar da antiga colônia portuguesa. Um exemplo que ilustra esta afirmação encontra-se no alvará do governo português de setembro de 1770 que "mandava utilizar nas escolas do Brasil manuscritos ou livros impressos, principalmente o Catecismo Pequeno de Montpellier" (AZZI, 1977, p. 498).

Esta obra, que era de uso corrente nos seminários brasileiros, foi publicada em 1702 por Francois-Aimé Ponget, mas em 1721, apesar ser muito conhecida entre os membros do clero brasileiro, esta obra acabou sendo condenada e proibida pelo Index da Igreja. O principal motivo foi a sua orientação jansenista[1].

Apesar da resistência de alguns prelados, o catecismo acabou sendo adotado em várias dioceses brasileiras, como a do Rio de Janeiro, onde o bispo Dom Antônio do Desterro, na sua Carta Pastoral de 17 de abril de 1773, "mandava aos párocos e capelães que lessem em todos os domingos do ano aquele catecismo por espaço de meia hora antes da missa conventual. Aos professores recomendava que o fizessem aprender e decorar pelos discípulos" (AZZI, 1977, p. 498).

Com a independência política do Brasil (1822) e com a implantação do regime monárquico (1822-1889), a Igreja Católica permaneceu como religião oficial, de acordo com o artigo 5º da Constituição Imperial de 1824. Assim, em função do Regime do Padroado, "a Igreja continuou subordinada com uma única diferença: não mais padroado português, mas brasileiro" (MATOS, 2002, p. 28-29).

Durante este período marcado pela união Estado/Igreja, segundo Tambara (2005, p. 2), "os manuais escolares eram submetidos a um violento processo de censura doutrinária, mormente no que dizia respeito à Igreja Católica".

Os professores das escolas elementares eram orientados a ensinar aos alunos a ler, escrever, efetuar as quatro operações de aritmética e também transmitir "os princípios da moral cristã e da doutrina católica, apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos" (BRASIL, 1827, art. 6º).

Para colocar em prática as orientações estabelecidas pela Legislação Educacional e diante da escassez de materiais e de livros para desenvolver seus trabalhos nas escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do império, os professores recorreriam aos manuais de catecismos que se tornaram ferramentas indispensáveis para aprendizagem da leitura e escrita, bem como para a disseminação da doutrina cristã.

Assim, além de ensinar aos alunos a ler, a escrever, a efetuar as quatro operações, era responsabilidade do mestre transmitir as verdades da fé os princípios da moral e da doutrina cristã. De acordo com Tambara (2005, p. 3), "esta estratégia fazia parte do controle do tipo de conteúdo que era determinado pela legislação para ser veiculado em sala de aula no processo de aprendizagem de leitura".

Utilizados para subsidiar o trabalho docente, os manuais de catecismos mais utilizados nas salas de primeiras letras foram os seguintes:

> "O Catecismo Histórico" do padre e escritor francês Claude Fleury, publicado pela primeira vez na França, em 1619, e o "Catecismo da Diocese de Montpellier" elaborado pelo bispo Charency, e traduzido para o português ainda no século XVIII. A partir de meados do século XIX predominava a utilização do "Catecismo de Doutrina Cristã" elaborado pelo cônego Fernandes Pinheiro (TAMBARA, 2005, p. 5).

Em conformidade com Tambara (2005, p. 3), existia uma orientação específica em "enfatizar o processo de leitura escolar baseado nos textos de caráter religioso, como a determinação do artigo 47, da Reforma Couto Ferraz, que indicava a leitura explicada dos Evangelhos e a notícia da história sagrada".

Na segunda metade do século XIX, iniciou-se, sob a orientação do episcopado, o movimento de Reforma Católica, denominado de Ultramontanismo. Segundo Passos (1998):

> Esse período teve uma característica importante que foi a movimentação de um grupo de bispos, de várias partes do país, para o ensino da doutrina cristã [...], e se constituíram nos principais articuladores da confluência de ideias que foram gerando, sob a inspiração do Concílio de Trento e, posteriormente, reforçadas pelo Concílio Vaticano I, o movimento da Reforma Católica e do ensino de catecismo (p. 239).

Na realização desta reforma, conforme assinala Azzi (1977, p. 500), "o ensino da doutrina cristã assumiu uma importância fundamental. O que caracteriza o movimento catequético desse período é que ele é totalmente liderado pelo episcopado, como, aliás, o era a própria Reforma Católica".

Os novos textos de catecismos elaborados e aprovados pelos prelados brasileiros tornaram-se manuais oficiais de catequese em boa parte das dioceses brasileiras e passaram a substituir o antigo Catecismo de Montpellier.

Azzi (1977) explica que neste período marcado pelo avanço do Ultramontanismo, foram publicados diversos manuais de catecismos: o Catecismo de Dom Romualdo de Souza Coelho, em 1831; o Catecismo de Mariana, também conhecido como Catecismo de Dom Viçoso (1846); o Catecismo de Dom Antônio Joaquim de Melo, bispo reformador de São Paulo (1859); a Cartilha Católica dos Principais Pontos da Doutrina Cristã, publicada em 1874 pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, discípulo de Dom Viçoso (p. 501-502).

Nota-se, pois, que nesta fase "o período imperial será caracterizado pela proliferação de catecismos diocesanos. Já na era republicana, se entra numa segunda fase, que é a elaboração de um texto único para ser adotado em toda a Igreja do Brasil" (AZZI, 1977, p. 502).

Na verdade, conforme descreve Miceli (2009), o século XIX, deve ser visto como "um momento-chave para os rumos tomados pela organização eclesiástica em âmbito nacional" (p. 17). Isto se explica devido às disputas eclesiais envolvendo os defensores do regalismo *versus* do ultramontanismo; das ameaças das ideologias liberais e secularizantes e dos conflitos políticos que fragilizaram as relações entre o Estado e a Igreja, como foi o caso da Questão Religiosa (1872-1875).

Além disso, intensificaram as atividades educacionais através dos trabalhos desenvolvidos por integrantes das Congregações e Institutos Religiosos

vindos da Europa e que fundaram no país vários colégios e escolas religiosas católicas. Dentre esses se destacaram, conforme escreve Azzi (1977):

[...] os Irmãos Lazaristas, os Jesuítas, os Salesianos, as Filhas da Caridade, as Irmãs de São José e as Irmãs Dorotéias. O Colégio do Caraça dos Lazaristas em Minas Gerais, os Colégios Jesuítas São Luís, de Itu, e Anchieta, de Nova Friburgo, o Colégio Santa Rosa, de Niterói e o Liceu Coração de Jesus em São Paulo, sob a direção dos Salesianos, foram centros de educação católica muito importante desde a época imperial. As Filhas da Caridade expandiram suas obras por todo o Brasil; as Irmãs Dorotéias destacaram-se principalmente no Norte e Nordeste e as Irmãs de São José no Sul do país (p. 503-504).

Com a proclamação da República (1889), que promoveu a extinção do Padroado por meio do Decreto 119-A (1890) e com exclusão do ensino religioso das escolas públicas do país conforme determinava o artigo 72 da Constituição Federal de 1881, os confrontos entre Igreja e Estado se intensificaram e os debates sobre a defesa/permanência ou não do Ensino Religioso nas escolas públicas laicas suscitaram grandes discussões entre intelectuais, educadores, religiosos e políticos, sobretudo na primeira metade do século XX.

Nessa perspectiva, para reconstruir a cristandade brasileira e fazer frente às ideias laicistas que excluíram o Ensino Religioso das escolas, bem como manter o monopólio do poder religioso frente à "ameaça protestante", os bispos reformadores, segundo Orlando (2013, p. 270), adotaram, dentre outros, dois eixos norteadores das suas ações: a escola e os impressos.

O primeiro eixo priorizava a educação do povo, contra a ignorância religiosa, por meio da expansão da rede escolar católica. Para tanto, os bispos contaram com a colaboração dos Institutos Religiosos que vieram instalar-se no Brasil com o objetivo precípuo de trabalhar com a educação (AZZI, 1997, p. 503-504).

Já o segundo visava combater as ideias compreendidas como liberais, positivistas, laicizantes e anticatólicas, bem como ferramentas pedagógicas para difundir a doutrina cristã e reforçar a reação da Igreja contra o ensino laico e a secularização do Estado Brasileiro.

Dentre esses impressos, que começaram a circular pelo país com *nihil obstat* e *vênia* das autoridades católicas nas primeiras décadas do século XX, destacou-se, sobretudo, o manual de Catecismo Resumido da Doutrina Cristã, aprovado pelos Bispos das Províncias Meridionais do Sul durante a 2ª Conferência do Episcopado em Aparecida, no dia 8 de setembro de 1904.

Neste manual padrão, baseado no método tradicional de perguntas respostas, os bispos procuraram condensar em seus conteúdos, as preocupações da Igreja no período referentes às questões doutrinais e morais. Mais tarde, de acordo com Orlando (2013, p. 171), esse catecismo foi adaptado em outros três volumes: primeiro, segundo e terceiro catecismo da doutrina cristã, utilizados em várias dioceses brasileiras para instrução religiosa primária dos fiéis.

A partir da década de 30, com a reintrodução do ensino religioso no currículo das escolas públicas brasileiras através do Decreto 19.941, de autoria de Francisco Campos, em 1931, e do artigo 153 da Constituição Federal de 1934, esse e outros manuais de catecismos católicos, inspirados nas novas abordagens da pedagogia moderna, foram reformulados no que diz respeito à metodologia, à didática de ensino, à linguagem dos textos e à organização dos seus conteúdos, objetivando, assim, adequar-se as exigências do ambiente escolar e à realidade do alunado das escolas públicas brasileiras. Todavia, a sua base epistemológica relativa aos conhecimentos dos conteúdos específicos que os alunos deveriam adquirir sobre a doutrina e a moral cristã permaneceu essencialmente a mesma.

Os manuais "Caminhos da Vida" (1937) e "A Doutrina Viva" (1939) do Padre Álvaro Negromonte são documentos monumentos que atestam essa mudança metodológica, tornando a disciplina de ensino religioso mais interessante e atraente para os alunos, além disso, como atesta Orlando (2012, p. 7), "servir de estratégia de escolarização da sociedade, que buscava associar instrução e doutrinação religiosa nas suas práticas educativas"

3. As Orientações do Episcopado para o Ensino Religioso através dos Manuais de Catecismos

Como foi narrado anteriormente, o Catecismo Resumido da Doutrina Cristã foi o primeiro manual impresso em texto único elaborado pelo episcopado para ser adotado em toda a Igreja do Brasil no início do século XX (AZZI, 1977, p. 502). Por isso, todos os temas e conteúdos presentes em seus textos passaram pelo crivo, seleção e aprovação das autoridades eclesiásticas brasileiras.

A sua primeira edição foi publicada em 1904 pela Editora Vozes e, posteriormente, outras editoras, tais como Casa Sucesa do Rio de Janeiro (1916) e Pia Sociedade de São Paulo (1932), passaram a editá-lo a partir de novas versões e adaptações que foram sendo feitas ao longo dos anos.

Após a publicação deste catecismo, muitos bispos passaram a orientar e a exortar seus fiéis sobre a importância do ensino religioso como um instrumento necessário para manter a ordem social e combater as ideias nocivas à doutrina e à moral cristã. Tal afirmação pode ser confirmada nas Cartas Pastorais e nos Pareceres escritos e publicados durante este período pelas autoridades católicas nas diversas dioceses brasileiras.

Como primeiro exemplo, pode-se citar a Carta Pastoral, publicada em 1905 pelo bispo da Paraíba Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Segundo Azzi (1977), neste documento intitulado "Dos males da ignorância religiosa", o bispo dirigiu-se aos seus fiéis fazendo a seguinte exortação:

Suponhamos irmãos e filhos caríssimos, que por falta da instrução religiosa nas escolas primárias e nas igrejas, o catolicismo chegasse a extinguir-se entre nós. Privados então os pais, os patrões e todos os governos do meio mais poderoso de conter o homem na submissão e no dever, teriam necessidade de opor, a males extremos. Quanto menos reprime a religião, tanto mais terão as leis civis que reprimir... (p. 502).

Já o bispo de São Paulo, Dom José de Camargo Barros, por meio da sua Carta Pastoral escrita também em 1905, destacava as vantagens do ensino religioso para a vida das famílias e de toda a sociedade brasileira:

Que largamente conhecida e fielmente praticada seja a Doutrina ensinada no catecismo, e desde logo teremos pais de família exemplares, filhos respeitosos, servos honrados, empregados obedientes, comerciantes honestos, operários laboriosos, patrões compassivos, magistrados integérrimos, juízes incorruptíveis, sacerdotes santos, ricos caridosos, pobres pacientes, filhas angélicas, esposas virtuosas, mãos providentes (AZZI, 1977, p. 502).

Em 1910, no documento intitulado de "Carta Pastoral Coletiva dos bispos das Províncias Eclesiásticas do Sul", os prelados, de acordo com Azzi (1977), orientavam o clero das suas dioceses a priorizar em seus trabalhos pastorais "a educação cristã da mocidade pelo ensino do catecismo", educando-a "no temor de Deus, no horror ao vício, na prática da piedade sólida e de todas as virtudes" (p. 503).

Na Carta Pastoral Coletiva de 1915, os bispos brasileiros com objetivo de ordenar o ensino religioso, estabeleceram os princípios teológicos e eclesiais que deveriam norteá-lo, bem como elaboraram pela primeira vez um regulamento geral de como ele deveria ser ensinado.

De acordo com Mesquida (2009), tais decisões refletiam "a consciência que os prelados católicos tinham da importância da escola como aparelho de formação de mentalidades e como instrumento de construção do imaginário" (p. 5654).

Na verdade, as autoridades eclesiásticas responsáveis pela elaboração e sistematização deste documento, "sabiam que as tendências divergentes quanto à educação escolar, se uniriam quando se tratasse de lutar contra o aparelho escolar católico e os princípios que o norteavam" (MESQUIDA, 2009, p. 5655).

Por isso, defendiam com veemência o seguinte axioma:

A Igreja Católica, por sua instituição divina, tem o direito inauferível e inalienável, independente de todo o poder humano, não só de erigir, fundar e organizar escolas para formar e educar cristãmente a infância e a juventude, segundo os princípios e preceitos do Evangelho, mas também de exigir que, em quaisquer escolas, a formação e educação da juventude católica se sujeitem à sua jurisdição, e que, em nenhuma matéria ou disciplina, se ensine coisa alguma contrária á religião católica e á moral (PASTORAL COLETIVA DE 1915, n.110 *apud* MESQUIDA, 2009, p. 5655).

Deve-se esclarecer que neste período, marcado por grandes tensões entre Estado e Igreja, a educação católica é vista pelos bispos como um instrumento imprescindível no processo de recristianização da sociedade brasileira. Dessa forma, sem hesitar, eles orientam neste documento os seus clérigos a fundar escolas católicas dentro das suas próprias paróquias:

Na circunstância em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que, em todas as paróquias, haja escolas primárias católicas, a que chamam de escolas paroquiais, nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã e de outros conhecimentos úteis para a vida prática (PASTORAL COLETIVA DE 1915, p.118 *apud* MESQUIDA, 2009, p. 5656).

Além do ensino religioso, os bispos manifestaram também nesta Carta Pastoral a preocupação com a formação dos professores. Para tanto, de acordo com Mesquida, propuseram as seguintes ações:

Para que os professores tivessem uma formação que se coadunasse com a fé católica, a Pastoral Coletiva de 1915 exigia urgência na criação de escolas para a formação de professores (n.130). E, ainda mais: os professores formados nessas escolas deviam se submeter a exames públicos para mostrar sua competência e assim conseguir lugar nas escolas leigas a fim de que estas sejam regidas por princípios religiosos da Igreja (n.132). Percebe-se, portanto, uma clara preocupação não somente com a formação de professores católicos, mas também com a sua presença no aparelho escolar a fim de exercer a influência almejada pela Igreja (MESQUIDA, 2009, p. 5656).

Nota-se, pois, que a preocupação do episcopado brasileiro se configura como argumenta Passos (1998, p. 10), numa "cruzada que tinha uma causa mais profunda, que era a formação de novas gerações de acordo com os princípios católicos, em vista do seu efeito duplicador no futuro".

A Carta Pastoral de Dom Leme (1916) é outro documento célebre que ressalta a necessidade do ensino religioso para combater a ignorância religiosa no próprio catolicismo e fazer frente às ameaças laicistas e agnósticas presentes na República Brasileira. Por isso, defendia uma presença mais ativa da Igreja na sociedade:

Somos a maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os nossos princípios e os órgãos da nossa vida política. Não é católica a Lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da Autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o Ensino [...]. Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e tôdas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? Somos uma fôrça que não atua, e não influi uma fôrça inerte (LEME, 1916, p. 4-7).

Nas décadas de 20 e 30, o episcopado brasileiro, sob a liderança de Dom Leme, procurou imprimir uma nova imagem da Igreja Católica através da realização de vários eventos de caráter social e religioso, com objetivo de reafirmar uma presença mais ativa da Igreja no interior da sociedade.

Durante este período, nas dioceses e prelazias onde se implantava o movimento da restauração católica, as orientações episcopais quanto à difusão dos princípios da doutrina cristã por meio do ensino religioso, continuaram sendo feitas através das Cartas Pastorais, dos Congressos, dos Pareceres emitidos pelas autoridades católicas locais e das publicações de novos manuais de catecismos inspirados e adaptados no "Primeiro Catecismo Resumido da Doutrina Christan" de 1904.

Um exemplo que ilustra bem essa insistência das autoridades eclesiásticas brasileiras pela instrução religiosa dos seus fiéis, é a publicação do Parecer de 1932 do Prelado Dom Próspero M. Bernardi (OSM), que esteve à frente da Prelazia Acre-Purus de 1920 a 1939. Neste documento que regulamentava o Ensino Religioso no Estado do Acre, o bispo apresentou as seguintes orientações pastorais:

Aos Revmos. Vigários, ao clero e os fiéis da mesma Prelazia, saudação, paz e benção em Jesus Cristo nosso Senhor! A escola tem por fim essencial instruir e educar a juventude. Sem a religião, porém é impossível ministrar ao homem educação completa, tendo ele de alcançar simultaneamente destinos temporais e eternos. E muito boa hora, portanto o Governo Provisório da nação facultou o ensino religioso nas escolas públicas por decreto de 30 de abril deste ano e o Exmo. Senhor Interventor no território com a resolução nº. 22/11 ditou oportunas instruções práticas para seu regular funcionamento nas escolas territoriais. Em conformidade ao Decreto e consoante às instruções sobreditas por normas dos Revmos. Vigários da Prelazia, baixamos o regulamento e o programa a seguir: **Regulamento:** Norma 1ª - Nas quatro paróquias da Prelazia Sena Madureira, Rio Branco, Xapuri e Brasiléia o ensino religioso será ministrado exclusivamente pelos Revmos. Vigários ou por pessoas por eles expressamente delegadas. Norma 2ª - Fica confiado a discrição dos Revmos. Vigários determinar taxativamente para as diversas classes ou ponto, ou seja, as lições correspondentes a cada uma delas. Norma 3ª - Cada lição iniciar-se pelo sinal da Santa Cruz e acabará com a reza da oração "Pela Pátria", "Pela Igreja" e "Pelo Santo Padre" prescrita ao povo e as famílias, em particular para ser rezada em público e em privado. **Programa: A**rtigo 1º - O ensino religioso abrange o catecismo e a história sagrada. Parágrafo único – São partes integrantes do catecismo: a) ensinar a maneira prática de receber os Santos sacramentos da confissão e comunhão e de Ministrar o Batismo em caso de necessidade. b) dar normas sobre as orações para a manhã e para a noite, a fim de evitar formas supersticiosas, levianas inúteis. c) instruir sobre o modo de assistir, ajudar e responder a missa, orientando oportunamente a mocidade sobre o fato de ser o sacerdócio acessível a qualquer classe de pessoas, sempre que haja a divina vocação e a correspondência a esta divina graça (PARECER DE DOM PRÓSPERO BERNARDI, 1932, p. 4).

Nota-se, pois, a preocupação das autoridades eclesiásticas com a instrução religiosa, doutrinal e moral do povo como uma forma de opor-se ao laicismo pedagógico durante a primeira fase da República Brasileira (1889-1930). Sobre este período, marcado pela separação e conflitos envolvendo Estado e Igreja, Cury (1988) destaca:

[...] formaram-se gerações, especialmente nas escolas públicas, que não ouviram falar de deveres morais e nem de deveres religiosos. Sem ética e religião deformou-se a nacionalidade, tradicionalmente cristã e católica. E ficou a nação carente de cidadãos competentes na estrutura política. Formaram-se dirigentes que, pela acumulação de riquezas e pelo aperfeiçoamento cultural, foram negadores da presença de Deus no âmbito público e oficial. O Estado divorciou-se da Nação. O pouco que os brasileiros ouviram de Deus foi graças à família, especialmente, às mulheres e às escolas que mantiveram o primado da educação moral, alma de qualquer instrução. Não fossem estes esforços privados, a decadência moral teria chegado ao aniquilamento nacional. Foi à concepção laica no ensino público que, sem chegar ao monopólio pedagógico, gerou uma moral e civismo artificiais, produzindo uma indisciplina, cujos efeitos culminaram com a Revolução de 1930 e a Revolução Paulista de 1932 (p. 38).

Assim sendo, diante desta realidade, o episcopado nacional, na fase da restauração católica, não medirá esforços para reafirmar a presença da Igreja na sociedade a fim de reconquistar o seu espaço e sua hegemonia, sobretudo, na educação escolar e na formação moral e intelectual dos estudantes brasileiros.

Na verdade, a educação cristã era vista pelos bispos restauradores como o único caminho para a cura do mal intelectual e moral que atingia o país naquele momento histórico. Por isso, como destaca Cury (1988): "a condição 'sine qua' da restauração era a presença de Deus na Escola" (p. 54).

Para atingir tal objetivo era preciso aproximar a Igreja do Governo e reatar o diálogo e o entendimento oficial, mediante mútua colaboração. Todavia, isso só aconteceu na década de 30 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

A partir de então, a relação entre Igreja e Estado foi novamente restabelecida com bases em interesses recíprocos. Isto é, a Igreja visava recuperar a sua hegemonia perdida durante a primeira República, sobretudo no campo educacional e o Estado buscava obter os auxílios de uma Instituição forte e tradicional, que possuía uma grande influência moral, religiosa e ideológica sobre o povo brasileiro, em especial, sobre as camadas populares.

O ato que selou esta união entre Igreja e Estado refere-se ao Decreto n. 19.941 de 1931 de Francisco Campos que reintroduziu o Ensino Religioso, em caráter facultativo, nas escolas públicas oficiais do país. Três anos mais tarde este dispositivo foi incluído na Constituição de 1934 em seu artigo 153.

Dentro deste cenário, marcado por interesses políticos e ideológicos, bem como por calorosos debates e discussões acerca da laicidade ou não do ensino, intensificou-se também no país a circulação de novas ideias em torno das propostas de renovação dos métodos pedagógicos e didáticos difundidos pelo movimento escolanovista no campo educacional brasileiro.

Nas trilhas desse movimento renovador e em sintonia com as orientações do episcopado brasileiro, teve início, a partir dos anos 30, a reformulação dos manuais de catecismos de divulgação da doutrina e da moral cristã. Difundem-se nas escolas públicas do país as obras do Padre Álvaro Negromonte, um dos precursores do movimento de renovação da catequese católica. Dentre as suas principais obras, destacam-se, entre outras, os manuais de catecismos "O Caminho da Vida" publicado em 1937 para os alunos da 4ª série ginasial e "A Doutrina Viva", lançado em 1939 para os estudantes do curso secundário.

Em seu trabalho de reformulação dos manuais de catecismos, o Padre Negromonte preocupa-se, especialmente, com o método e com a didática de ensino dos textos referentes à doutrina e à moral cristã, apesar de continuar adotando os mesmos conteúdos, segundo o espírito tridentino presente nos antigos manuais da Doutrina Cristã que se propagaram na primeira República Brasileira.

Este processo de didatização desenvolvido pelo Padre Negromonte pode ser percebido na nota introdutória aos professores presente no catecismo "O Caminho da Vida", onde ele afirma:

Foi terrível a maneira por que aprendemos moral. Salvou-se o que nos ensinaram fora das escolas, às oportunidades da vida, nas aplicações práticas. Mas ainda isto vinha muitas vezes impregnado das concepções intelectualistas, do sentimento de terror, das especiosas distinções teológicas, quando não dos erros de consciência que a ignorância espalhava. Os compêndios de moral são mais um catálogo de pecados que um tratado de virtude. Esfacelam-se muito em opiniões e ensinam pouco os caminhos da perfeição cristã. Não nos preocupemos tanto com o pecado, quando ensinarmos a Moral. Preocupemo-nos do bem. (NEGROMONTE, 1953, p. 9-10).

Nessa perspectiva, percebe-se a mudança de enfoque presente nessas orientações didáticas dadas aos professores: nas aulas de ensino religioso sobre a moral cristã a ênfase não deve ser dada ao pecado, mas sim à virtude e à prática do bem. Essa estratégia tinha o objetivo tornar a disciplina escolar Ensino Religioso mais interessante e os conteúdos presentes nesses impressos mais facilmente compreensíveis, favorecendo a assimilação e o aprendizado dos alunos conforme orientavam as novas tendências pedagógicas do período.

Desse modo, através das orientações eclesiais direcionadas ao ensino da doutrina e da moral cristã e do seu processo de didatização, os saberes presentes nos antigos manuais de catecismos foram sendo paulatinamente incorporados à disciplina escolar Ensino Religioso, contribuindo, assim para a construção da sua identidade epistemológica.

4. Conclusão:

Diante do que foi exposto neste artigo, pode-se dizer que os antigos manuais de catecismos católicos ocuparam um lugar de destaque desde o início do processo de escolarização do Brasil. Primeiro para subsidiar a evangelização, catequese dos índios e dos negros aos valores e conceitos da civilização europeia. Depois começaram a ser elaborados e publicados para servir de recursos didáticos e pedagógicos para os professores na instrução dos alunos nas escolas de primeiras letras. E, finalmente, com o avanço das tendências liberais e secularizantes, bem como diante do crescimento das igrejas protestante no país, em particular na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, os manuais foram empregados para conservar e propagar as verdades da fé e da moral cristã católica, em particular, no interior das escolas brasileiras.

Como se observou, os saberes presentes nesses catecismos não possuíam apenas uma intenção religiosa de catequização, isto é, apenas transmitir as verdades da fé e da doutrina cristã, mas também era impregnada de finalidades educativas voltadas para a formação ética, moral e religiosa dos alunos, ou seja, instruí-los para conhecer as normas de conduta, os desvios éticos e os preceitos religiosos do cristianismo; desenvolver uma harmonia consigo mesmo, com os outros, com o mundo e com o transcendente; proporcionar a oportunidade de descobrir o sentido profundo da sua existência; perceber a importância da tradição religiosa cristã através da sua história, símbolos e ritos; compreender a necessidade de combater o mal, a violência, o egoísmo, a preguiça, a opulência e a libertinagem; valorizar as virtudes, a disciplina, o trabalho, o respeito às leis; aspirar em viver em instituições justas e etc.

Desse modo, pode-se concluir que, no caso da disciplina escolar Ensino Religioso, acredita-se que os saberes presentes nos programas dos antigos manuais de catecismos são fulcrais, pois representam por meio dos seus conteúdos explícitos o ponto de partida que podem contribuir com a construção da sua identidade epistemológica e enriquecer a discussão acerca da sua permanência ou não dentro do currículo escolar nacional no atual contexto educacional brasileiro.

5. Referências

5.1 Documentos:

PARECER DE DOM PRÓSPERO M. BERNADI, OSM. **Sobre a Instrução Religiosa no Território do Acre**. In: "O Acre" 7/02/1932, nº 119 Ano 3º, Cols. 1 e 2, p. 4. In: http://hemerotecadigital.bn.br/.

PRIMEIRO CATECISMO DA DOUTRINA CHRISTAN. Casa Sucena – Officinas Graphicas d'A Noite – Rio de Janeiro, 4ª. Edição, 1916.

PRIMEIRO CATECISMO DA DOUTRINA CRISTÃ. Pia Sociedade de São Paulo – São Paulo, 1ª. Edição, 1932.

5.2 Obras Bibliográficas:

AZZI, Riolando. **A Catequese no Brasil: Considerações Históricas**. In: Revista Convergência, Rio de Janeiro, n. 106, ano X, p. 491-513, outubro,1977.

_____. **O início da Restauração Católica em Minas Gerais: 1920-1930**. In: Revista Síntese, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 65-87, setembro/dezembro, 1978.

CURY, C. R. J. **Ideologia e Educação Brasileira. Católicos e liberais**. 2ª Ed., São Paulo, Cortez-Autores Associados, São Paulo, 1984.

LEME, S. **Carta Pastoral saudando os seus diocesanos**. Petrópolis, Tipografia Vozes, 1916.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil (Volume II)** São Paulo, Paulinas, 2002.

MESQUIDA, P. **A Educação na Restauração Lemista da Igreja**. In: Revista Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 27, p. 279-295, maio/agosto. 2009.

_____. **A educação no Processo de Restauração da Igreja na República Velha à luz de fontes documentais**. In: IX Congresso Nacional – Educere, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia da PUC/PR, 26 a 29 de outubro, Curitiba, p. 5647-5658, 2009.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

NASCIMENTO, Ester Vilas-Bôas Carvalho do; FELDENS, Dinamara Garcia; ALMEIDA, Mirianne Santos de. **Fontes para a História da Educação Brasileira: Considerações acerca dos Catecismos Protestantes**. In: Revista Educação, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 88-95, jan./abr. 2013.

_____. **A Pedagogia dos Catecismos Protestantes no Brasil Católico**. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - A educação e seus sujeitos na história. Anais, Goiânia: UCG, p. 1-10, 2006.

NEGROMONTE, P. A. **A Doutrina Viva– Curso Secundário**. 1ª Edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1939.

_____. **O Caminho da Vida: Moral Cristã – 4ª Série Ginasial** 11ª Edição, José Olympio, Rio de Janeiro, 1953.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. **Por uma civilização cristã: a coleção Álvaro Negromonte de ensino a pedagogia do catecismo (1935-1964)** São Cristóvão: UFSE, 2008. 365f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Sergipe.

_____. **Os Manuais de Catecismo nas Trilhas da Educação: Notas de História** In: História Educação, Porto Alegre, n. 41, vol. 17, p. 159-176, set/dez., 2013.

_____. **A Biblioteca da Catequista: Vestígio da Circulação Internacional de Modelos Pedagógicos nas Leituras Prescritas para Professoras Católicas**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, p. 210-229, setembro, 2014.

PASSOS, Mauro. **A Pedagogia Catequética e a Educação na Primeira República do Brasil (1889-1930): seus pressupostos e suas relações** Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Pontifícia Salesiana, Roma, 1998.

TAMBARA, Elomar Antônio. **Da leitura do catecismo à catequização da leitura: o catecismo com texto de leitura na escola primária no Brasil do século XIX**. In: Simpósio Nacional de História, Londrina, n. 23, p. 1-7, 2005.

[1] Mestre em Educação pela Universidade Federal do Acre/UFAC; Especialista em Gestão Educacional e Professor de Filosofa e de Teologia da

Faculdade Católica do Acre/FADISI; Vice Diretor da Faculdade Católica do Acre/FADISI; Diretor de Ensino da Escola Estadual Professora Heloísa Mourão Marques/SEE-AC; Pesquisador no Núcleo de Estudo e Pesquisas em Política Educacional, Gestão e Financiamento da Educação da Universidade Federal do Acre/UFAC.